

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIRIO

CONCURSO PÚBLICO

PROVIMENTO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

EM EDUCAÇÃO

**TRADUTOR INTÉRPRETE DE
LINGUAGEM DE SINAIS - LIBRAS**

2014

1) Em sua explicação e diferenciação sobre as modalidades de tradução-interpretação, o MEC/SEESP (2004) traz a seguinte definição:

Língua brasileira de sinais para português oral, sinais para escrita, português para a língua de sinais oral, escrita para sinais - Uma tradução sempre envolve uma língua escrita. Assim, poder-se-á ter uma tradução de uma língua de sinais para a língua escrita de uma língua falada, da língua escrita de sinais para a língua falada, da escrita da língua falada para a língua de sinais, da língua de sinais para a escrita da língua falada, da escrita da língua de sinais para a escrita da língua falada e da escrita da língua falada para a escrita da língua de sinais. A interpretação sempre envolve as línguas faladas/sinalizadas, ou seja, nas modalidades orais-auditivas e visuais-espaciais. Assim, poder-se-á ter a interpretação da língua de sinais para a língua falada e vice-versa, da língua falada para a língua de sinais. Vale destacar que o termo tradutor é usado de forma mais generalizada e inclui o termo interpretação (p.9).

Sabendo que atualmente a maioria dos intérpretes de LIBRAS atua ou atuou na educação inclusiva novos trabalhos são requisitados para esse profissional. Em uma determinada escola, o Intérprete é solicitado para a gravação em LIBRAS de uma coleção de livros didáticos, utilizados pela rede de educação. Neste caso, o profissional estará diante de trabalho que envolverá uma preparação diferenciada, em que utilizará do tempo de forma diferente de sua atuação em sala de aula. Trata-se de trabalho de

- a) tradução intralingual.
- b) tradução interlingual.
- c) transladação intralingual.
- d) interpretação interlingual.
- e) interpretação interlingual.

2) De acordo com a regulamentação proposta pelo Decreto nº 5.626 de 2005, as instituições federais de ensino devem ter em seus quadros tradutores-intérpretes de língua de sinais. No texto do decreto, está indicado que tais profissionais devem atuar nos seguintes espaços:

- a) Exclusivamente junto aos professores, atendendo às suas solicitações.
- b) Exclusivamente em atividades de ensino, dentro e fora das salas de aula.
- c) Exclusivamente nas secretarias da instituição, possibilitando aos sujeitos surdos acesso aos serviços.
- d) Em todos os espaços da instituição, exceto as salas de aula, onde deverão atuar professores bilíngues.
- e) Processos seletivos, no apoio à acessibilidade aos serviços e atividades-fim da instituição e nas salas de aula.

3) Em relação à atuação, o intérprete educacional é aquele que atua como profissional intérprete de língua de sinais na educação. É a área de interpretação mais requisitada atualmente. Considerando a realidade brasileira na qual as escolas públicas e particulares têm surdos matriculados em diferentes níveis de escolarização, seria impossível atender às exigências legais que determinam o acesso e a permanência do aluno na escola, observando-se suas especificidades, sem a presença de intérpretes de língua de sinais. Assim, faz-se necessário investir na especialização do intérprete de língua de sinais da área da educação. Muitas discussões vêm sendo realizadas, a fim de tornar mais clara a atuação desse profissional no ambiente escolar. Segundo Quadros, em um ambiente de Nível Superior, o evento que foge à competência de atuação do intérprete de LIBRAS é

- a) Reunião dos colegiados com representação estudantil.
- b) Reunião dos Conselhos Superiores da Universidade.
- c) Reunião Acadêmica de recepção dos calouros.
- d) Reunião do Diretório Central dos Estudantes.
- e) Atividades de Matrícula.

4) A presença de um aluno surdo em uma aula, curso ou atividade acadêmica pode modificar algumas ações propostas inicialmente pelo professor, assim como reconfigurar o espaço educacional, a fim de atender à especificidade linguística desse aluno surdo. Contudo, ainda vários problemas de ordem ética surgem em função do tipo de intermediação que acontece em sala de aula. Muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Em relação à atitude do intérprete presente neste espaço, espera-se que ele contribua para que a pessoa surda tenha acesso aos conteúdos e participe das discussões propostas. Neste caso, sem ferir o código de ética, o intérprete é livre para informar

- a) aspectos referentes ao desenvolvimento do aluno.
- b) as limitações cognitivas da pessoa surda.
- c) características da interpretação e da LIBRAS.
- d) questões didático-pedagógicas que favoreçam ao surdo.
- e) os professores e os alunos acerca da problemática da surdez.

5) A soletração manual não é o processo único de formação dos vocábulos (sinais) em LIBRAS. A soletração manual das letras de uma palavra em português é a mera transposição espacial dos grafemas de uma palavra da língua oral, por meio das mãos; apenas um meio de se fazer empréstimos em LIBRAS. Assim como a palavra “xerox”, em português, é um empréstimo do inglês, o exemplo anterior ilustra o fenômeno do empréstimo em LIBRAS, pois, na maioria dos casos, existe o sinal correspondente à situação, ao objeto ou à ideia e não é necessário usar a soletração manual. Contudo, temos alguns casos em que o sinal é fruto dessa soletração. Neste caso, temos um sinal soletrado. O conjunto de palavras que apresenta, apenas, sinais soletrados, ou seja, empréstimos que já foram incorporados ao léxico da Libras é

- a) NUNCA- JULHO- AZUL
- b) ALHO-CARRO-CLARO
- c) AZUL-PAIS-NOVO
- d) COMO-VIVO-OLHO
- e) OLHO-DEUS-UVA

6) Os morfemas são unidades que podem ter funções lexicais ou gramaticais. Por exemplo, em português, as palavras telefone, telefonar e próprio são constituídas de morfemas lexicais e gramaticais. Observe.

Morfema lexical	Morfema gramatical
Telefone – nome	Telefone+ s (plural)
Telefonar – verbo	Telefon + ar (Paradigma da primeira conjugação – ar)
Impróprio – adjetivo	Im+próprio (Im- negação)

Em LIBRAS, nem sempre os morfemas que formam as palavras são equivalentes aos do Português. Dentre os pares abaixo, o que apresenta como exemplos sinais cujos Morfemas Gramaticais sejam marcados pelo Movimento, expressão facial e composição por item lexical, respectivamente, são:

- a) Viver – vida/ feliz-infeliz/ pizza-pizzaria.
- b) Comer - comida / Alegre – triste/ bíblia – igreja.
- c) Sentar-cadeira / bonito - lindo / estudar – escola.
- d) Morar- casa / gordo – magro/Casamento – divórcio.
- e) Correr - corrida / bonito- feio/ casa – Casarão (mansão).

7) Em relação ao sistema pronominal da LIBRAS, pode-se destacar a característica da língua de utilizar a apontação ostensiva antes do sinal do referente específico, isto é, usar esse recurso para indicar ou retomar um local ou espaço-temporal no contexto do enunciado e, ainda, como referente para as pessoas do discurso e para posicionamento, a fim de marcar no espaço a localização da pessoa ou objeto de quem se fala. Usar um pronome, numa forma de apontação, numa localização particular, quando a referência for óbvia, é muito utilizado para apresentar as pessoas do discurso. Esse recurso de utilização da identificação do referente por meio de apontação é chamado de

- a) Expressão corporal.
- b) Concordância.
- c) Classificador.
- d) Datilologia.
- e) Dêixis.

8) Na sentença: 'Paulo contou a João que sua mulher caiu.'; em português, apresentamos duas possíveis interpretações para o sintagma 'sua mulher':

1.a mulher de Paulo
2.a mulher de João

Essa é uma relação ambígua que, embora aconteça nas línguas faladas, não é verificada nas línguas de Sinais. O recurso que possibilita a anulação dessa ambiguidade

- a) Incorporação dos objetos do discurso pelos verbos.
- b) marcação não manual presente na marcação dos tipos de sentença.
- c) fato de que a LIBRAS é uma língua sintética, logo não permite ambiguidade.
- d) utilização das expressões faciais, marcadores de pessoas no discurso.
- e) retomada explícita do referente no espaço de sinalização.

9) É comum a Língua de Sinais Brasileira recorrer a empréstimos linguísticos para complementar algo ou, ainda, os surdos naturalmente captam a ideia, as significações próprias da Língua Portuguesa e convencionam o sinal semelhante na forma e no sentido, como por exemplo, o fraseologismo “segurar a vela”. Tal expressão significa que alguém está “sozinho” com casais ou casal. E os surdos, quando souberam da gíria proveniente do universo ouvinte, passaram a adotar a referida gíria na língua de sinais, utilizando o sinal de “vela”. Assim estabelece-se, uma metáfora equivalente na forma (“segurar a vela”) e no sentido (“ficar sozinho...”) para ambas as línguas. Da mesma forma, há metáfora semelhante em que é equivalente no sentido, mas diferente na forma.

“Os vocábulos das línguas, ao serem concatenados, produzem uma infinidade de trocadilhos cujos significados flutuam dos mais transparentes aos mais opacos; dos mais simples aos mais inusitados; dos mais grotescos aos mais poéticos. (FARIA, 2003).”

Temos, também, na LIBRAS uma série de metáforas que são específicas. A expressão que ocorre, apenas, na Língua de Sinais é a seguinte:

- a) Ao filho, o pai não deu o dinheiro, pois era “PÃO-DURO”.
- b) Neste fim de semana não vou passear, “DINHEIRO-DURO”.
- c) Os ouvintes não desenvolvem “OLHO-CARO”.
- d) Algumas pessoas infelizmente apresentam “CABEÇA-DURA”.
- e) Precisamos ter cuidado, pois existem pessoas “CARA-DE-PAU”.

10) Algumas vezes, acontece de uma mesma sequência de sons (palavra) ter significados diferentes. Quando isso acontece, estamos diante de signos chamados *homônimos*. Signos homônimos podem ser definidos como aqueles que têm significantes iguais (são pronunciados da mesma maneira), mas têm significados distintos. O exemplo clássico do português é a palavra; 'manga', que aparece na seguinte sentença:

A manga já está cortada.

Podemos ter uma relação com uma parte da camisa ou com uma fruta. Repare que são significados distintos, sem relação entre eles.

Por outro lado, considere os seguintes exemplos com a palavra 'cabeça'.

O Pedro bateu a **cabeça** quando caiu.

A nova aluna tem uma boa **cabeça**.

A ministra é a **cabeça** do novo projeto econômico.

Vou à feira porque preciso comprar três **cabeças** de alho.

Repare que embora a utilização apresente significados distintos, esses apresentam uma relação de significados entre eles. Nesse caso, temos uma relação de polissemia, ou seja, uma extensão do significado. Considere as afirmativas abaixo e marque a alternativa correta:

- I- A LIBRAS apresenta termos que podem ser considerados homonímia.
- II- A LIBRAS apresenta termos que podem ser considerados polissêmicos.
- III- Essa dupla possibilidade de significados não aparece em LIBRAS, pois os sinais são específicos.
- IV- Os Sinais com dupla possibilidade de interpretação são substituídos ao longo do tempo.
- V- Homonímia e Polissemia são termos específicos referentes às línguas orais.

Estão **CORRETAS**, apenas, as assertivas

- a) IV e V.
- b) I e II.
- c) III, IV e V.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e V.

11) Nos últimos anos, diversas políticas públicas voltadas às pessoas surdas têm sido implementadas. Tais políticas públicas são possíveis devido ao reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais. A Língua de Sinais no Brasil é reconhecida e oficializada pelo seguinte instrumento legal:

- a) Lei 9.394 de 1996.
- b) Decreto 5.626 de 2005.
- c) Decreto 6.571 de 2008.
- d) Lei 10.436 de 2002.
- e) Lei 10.098 de 2000.

12) No Brasil, registros históricos sobre educação de surdos citam como fato importante a criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos, em 1856. Assim como em outros países, a criação do instituto e as propostas iniciais de educação de surdos foram orientadas por um professor surdo. Este professor foi

- a) E. Huet.
- b) Laurence Clerc.
- c) Narciso Paiva.
- d) Flausino José da Costa Gama.
- e) Geraldo Soares de Almeida.

13) Considere o quadro apresentado por Leite (2005, p.53) em relação às modalidades de interpretação:

Interpretação simultânea	Interpretação consecutiva
<ul style="list-style-type: none"> ▪ É realizada com a mensagem da fonte em andamento e o intérprete vai produzindo o seu texto até que a mensagem fonte sofra uma pausa; ▪ É considerada mais eficiente em relação ao fator tempo; ▪ É relativamente nova em relação às línguas orais, sendo mais ou menos tradicional em interpretações das línguas de sinais; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O intérprete leva em conta a quantidade de informação que entra, aproveitando a oportunidade de um fechamento na sentença em curso para iniciar a interpretação ou aproveitar para tomar nota; ▪ Exige que o intérprete primeiro receba a mensagem da fonte e depois a interprete; ▪ Permite que a mensagem da fonte seja apresentada em partes ou no todo; ▪ É considerada mais acurada em relação à simultânea.
<p>Fonte: Leite (2005, p.53) Disponível em: www.editora-arara-azul.com.br/pdf/livro3/pdf</p>	

Entendendo a diferença entre as modalidades, Quadros (2007, p.78) acrescenta que o processo a que o intérprete submete-se é complexo e que o mesmo está diante de processamento de informação simultânea. Assim, a autora sugere e apresenta propostas de modelos de processamento no ato da tradução e interpretação simultânea, sendo eles: cognitivo, interativo, interpretativo, comunicativo, sociolinguístico, o processo de interpretação e o bilíngue/bicultural. Uma das características do processo de interpretação simultânea é

- a) ênfase no significado e não nas palavras.
- b) por ser dinâmica, a utilização de recursos como dicionário é indispensável.
- c) cultura e contexto apresentam um papel importante, mas devem ser adequados à mensagem.
- d) tempo é considerado o problema crítico, daí a necessidade de que o intérprete seja sintético.
- e) interpretação adequada é definida em termos de como a mensagem original repassada seguindo a tradição de fidelidade e neutralidade.

14) O profissional intérprete ocupa um papel importante para viabilizar a acessibilidade de pessoas surdas a serviços variados.

“À medida em que a língua de sinais do país passou a ser reconhecida enquanto língua de fato, os surdos passaram a ter garantias de acesso a ela enquanto direito linguístico. Assim, conseqüentemente, as instituições se viram obrigadas a garantir acessibilidade através do profissional intérprete de língua de sinais” (QUADROS, 2004, p. 13).

No Brasil, a regulamentação do exercício da profissão de tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais aconteceu em

- a) 2010, com a Lei 12.319.
- b) 1989, com a Lei 7.853.
- c) 2000, com a Lei 10.098.
- d) 2002, com a promulgação da Lei 10.436.
- e) 2005, com a aprovação do Decreto 5.626.

15) Segundo o Decreto nº 5.626 de 2005, a formação de tradutores-intérpretes de Língua Brasileira de Sinais deveria efetivar-se por

- a) Cursos técnicos de Língua Brasileira de Sinais de nível médio.
- b) Experiências pessoais de contato com familiares e amigos surdos.
- c) Curso Superior de Tradução e Interpretação com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.
- d) Cursos livres em associações de surdos, espaços religiosos e instituições de ensino.
- e) Exame de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais – PROLIBRAS.

16) Coexistem na atualidade diferentes concepções acerca das pessoas surdas, da surdez e das línguas de sinais. As ideias baseadas no modelo clínico-médico percebem a surdez como ponto central das discussões e veem as pessoas surdas da seguinte maneira:

- a) Sujeitos com língua e cultura própria que são impedidos de participar ativamente da sociedade pela maioria ouvinte.
- b) Pessoas com deficiências ou lesões, que os impedem de participar ativamente da sociedade necessitando, portanto, de políticas de reabilitação e integração.
- c) Indivíduos com língua e cultura próprias que necessitam de educação adequada para participar da sociedade de forma plena.
- d) Cidadãos desfavorecidos social e economicamente e que necessitam de programas de assistência.
- e) Sujeitos em desvantagem social por utilizarem uma língua diferente da utilizada pela maioria da população.

17) O reconhecimento da língua de sinais no Brasil fez com que se intensificassem as discussões sobre a educação das pessoas surdas.

“A lei mais permitirá nortear uma série de medidas que reestruturarão, desde a base, o sistema educacional direcionado aos surdos, e, conseqüentemente, as formas de sua integração social” (Ferreira, 2003, p. 20).

Segundo a Lei de LIBRAS – como ficou conhecida a lei que regulamentou a Língua de Sinais – o sistema educacional deve

- a) proporcionar estudos sobre LIBRAS para professores em formação e fomentar o ensino aos surdos da Língua Portuguesa na sua modalidade escrita.
- b) reafirmar a língua portuguesa como língua oficial do Brasil, utilizando-a exclusivamente no processo de instrução.
- c) proporcionar estudos de LIBRAS para professores em formação e organizar todo processo de escolarização de surdos exclusivamente na Língua Brasileira de Sinais.
- d) reconhecer a língua de sinais como meio de comunicação dos surdos, porém, ofertar acesso à educação exclusivamente em língua portuguesa na modalidade escrita.
- e) reconhecer a língua de sinais como língua de comunicação das comunidades surdas e oferecer, em caráter facultativo, o ensino da língua portuguesa na sua modalidade escrita.

18) Segundo registros, o uso das línguas de sinais – inclusive nos processos educacionais – não é uma exclusividade contemporânea. Segundo Perlin e Strobel (2006), em séculos passados,

“os povos surdos não tinham problemas com a educação, a maioria dos sujeitos surdos dominava a arte da escrita e há evidência que havia muitos escritores surdos, artistas surdos, professores surdos e outros sujeitos surdos bens sucedidos” (p. 15).

Os principais registros que tratam sobre a história dos surdos indicam que uma das primeiras escolas na Europa a usar sinais na educação de surdos foi criada em

- a) 1732, por Juan Pablo Bonet.
- b) 1755, por Charles L'Épée na França.
- c) 1760, por Samuel Heinicke na Alemanha.
- d) 1775, por Jean Itard na França.
- e) 1815, por Thomas Gallaudet nos Estados Unidos.

19) Existem pelo menos três grandes filosofias que embasam ações e propostas de educação de surdos: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo. O Oralismo pode ser definido como

- a) ensino baseado na língua de sinais e com foco no aprendizado da língua oral na sua modalidade escrita.
- b) estratégias de ensino baseadas na aprendizagem da língua oral – com treinos de fala, sendo proibido quaisquer usos de sinais.
- c) estratégias de ensino baseadas na aprendizagem da fala, utilizando métodos variados, incluindo gestos e sinais isolados, com o objetivo final de aprender a língua oral.
- d) propostas educacionais que focam na comunicação por meios variados – apoio visual, mímica e fala.
- e) propostas educacionais que ampliam o aprendizado da língua. Além do aprendizado da língua de sinais, há o aprendizado da língua oral.

20) Algumas propostas educacionais na Educação Básica prevê a presença de tradutores-intérpretes de língua de sinais nas salas de aula. Tais propostas baseiam-se

- a) em ideias de apoio ao sujeito surdo monolíngue em língua de sinais, tornando-se dispensável quaisquer conhecimentos da língua oral.
- b) na filosofia da Comunicação Total, em que o objetivo principal é a interação entre as comunidades surda e ouvinte, sem necessidades de políticas que favoreçam o aprendizado de línguas de sinais ou línguas orais.
- c) em propostas oralistas, para salientar a importância das línguas orais – utilizadas na veiculação das principais informações – destacando a importância das línguas orais em detrimento das línguas de sinais.
- d) em ideias que defendem a língua de sinais, exclusivamente, como elemento chave na aprendizagem da língua oral.
- e) em ideais bilíngues e inclusivos, nos quais o sujeito surdo deve ter acesso às informações nos diversos espaços que frequenta, utilizando a língua de sinais e conhecendo a língua oral do país (ainda que apenas na modalidade escrita).

Demarcação das Terras Indígenas

O Instituto Socioambiental (ISA) vem alertando para a lentidão na demarcação das terras indígenas e para o baixo grau de efetividade nos processos de consulta aos grupos cujas terras estão sujeitas ao impacto de grandes obras públicas.

Nos governos eleitos sob a égide da Constituição de 1988, foram identificados e demarcados cerca de dois terços das terras indígenas. Grandes batalhas foram travadas e o reconhecimento das terras avançou de forma desigual.

Hoje, a maior parte dos conflitos está no Sul, Sudeste, Nordeste e em Mato Grosso do Sul, na metade não amazônica do país, onde vivem 40% da população indígena em 1,5% da extensão total das terras dos índios. Nessa metade se concentrou o processo de colonização e é onde estão 85% da população brasileira. A aplicação do artigo 231 da Constituição resultaria no reconhecimento de terras indígenas em extensão suficiente para garantir a reprodução física e cultural de seus ocupantes. Já há e ainda haverá situações em que sua aplicação não será suficiente para prover terras em extensão mínima que garanta a sobrevivência e a reprodução cultural de grupos específicos. Não faz sentido desprover de direitos as pessoas que dispõem de títulos legítimos e às quais não se pode atribuir responsabilidades por políticas impostas aos índios no passado pela União ou pelos estados.

Assim como na Amazônia, também é maior a extensão das propriedades, dos assentamentos, das unidades de conservação ou de áreas destinadas à defesa nacional.

No resto do país, diante do denso processo de ocupação econômica e demográfica, o reconhecimento de terras indígenas enfrentou mais dificuldades, assim como tende a afetar mais pessoas e interesses econômicos. Pior ficou a situação de povos, como os Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul, que permaneceram invisíveis ao Estado brasileiro por longo tempo, sendo que hoje se sabe tratar-se da mais populosa etnia no Brasil, mas que não dispõe de terras nem sequer na dimensão destinada aos assentados da reforma agrária.

Há equívoco quando é advogada a revisão pela Embrapa dos laudos antropológicos que embasam as demarcações. O critério de “produtividade”, evocado para excluir áreas com potencial produtivo dos limites das terras a serem demarcadas, além de inconstitucional e discriminatório, deixaria a Embrapa na situação de ter que responder, judicialmente, por prejuízos causados aos índios.

Pior ainda é a iniciativa da bancada ruralista, que pretende emendar a Constituição para exigir a homologação das terras pelo Congresso, que tem exercido com dificuldade a sua função legislativa e não teria como produzir juízo técnico sobre a destinação de terras, tarefa típica do Executivo. O resultado seria a paralisação das demarcações e a transferência das decisões para o Congresso.

Nos casos em que a aplicação do artigo 231 forem insuficientes, como é o caso dos Guarani-Kayowá, uma solução justa e legal é a desapropriação de áreas, indenizando-se os proprietários pelo valor das terras, o que poderá representar um custo menor do que suportar processos conflituos, com recurso à violência ou à justiça e com resultados menos efetivos para todos.

Não é preciso burocratizar o procedimento administrativo para a demarcação, que já foi juridicamente saneado em 1996. É preciso dotar a Funai de instrumentos para desapropriar e indenizar com presteza com títulos de efetivo valor (como os títulos da dívida agrária), para enfrentar situações específicas que geram conflitos e perpetuam injustiças.

O bater de cabeças entre ministros e parlamentares não resolve a questão. Cabe ao ministro da Justiça a responsabilidade de retomar o processo demarcatório, provendo os instrumentos para que a União conclua, de forma ágil e justa, o resgate de direitos que se espera há 25 anos.

Márcio Santilli. O Globo Amanhã. P.29 28-05-2013. (Adaptado)

21) O uso de aspas no sintagma critério de “produtividade”, 6º parágrafo, denota quanto à intenção comunicativa do enunciador,

- a) fixação repetitiva.
- b) associação enfática.
- c) marca de coloquialidade.
- d) relativização do ponto de vista.
- e) posicionamento crítico.

22) No 2º parágrafo, a expressão “Já há e ainda haverá...” implica, semanticamente, em

- a) pressuposição.
- b) certeza do enunciador.
- c) experiencição.
- d) atribuição persuasiva.
- e) simplificação factual.

23) O trecho do 5º parágrafo “Pior ficou a situação de povos, como os Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, que permaneceram invisíveis ao Estado brasileiro, por longo tempo, sendo que hoje se sabe tratar-se da mais populosa etnia no Brasil, mas não dispõe de terras, nem sequer na dimensão destinada aos assentados da reforma agrária.” é longo, apresentando repetição do conectivo que, desnecessária para sua estruturação. A reescrita mais adequada, sem alteração de sentidos, é a seguinte:

- a) Pior ficou a situação de povos como os Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, cuja invisibilidade permanece ao Estado brasileiro, ainda por longo tempo, mesmo sabendo tratar-se da mais populosa etnia no Brasil, todavia indispondo de terras, em sequer na dimensão destinada aos assentados da reforma agrária.
- b) Pior ficou a situação de povos como os Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, para os quais permaneceram invisíveis ao Estado brasileiro, por longo tempo, como hoje se sabe tratar-se da mais populosa etnia do Brasil, na qual não dispõe de terras nem sequer na dimensão destinada aos assentados da reforma agrária.
- c) Pior ficou a situação de povos como os Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, os quais permaneceram invisíveis ao Estado brasileiro, por longo tempo. Hoje, trata-se da mais populosa etnia no Brasil, cuja disposição de terras nem sequer na dimensão destinada aos assentamentos da reforma agrária.
- d) Pior ficou a situação de povos como os Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, permanentemente invisíveis ao Estado brasileiro por longo tempo, sendo que hoje se sabe tratar-se da mais populosa etnia no Brasil. Entretanto, não dispõe de terras, nem sequer na dimensão destinada aos assentados da reforma agrária.
- e) Pior ficou a situação de povos como os Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, caso permaneçam invisíveis ao Estado brasileiro, por longo tempo, tratando-se da mais populosa etnia no Brasil, porém que não dispõe de terras nem sequer na dimensão destinada aos assentados da reforma agrária.

24) A finalidade do 1º parágrafo é contextualizar o leitor acerca da

- a) lentidão na demarcação das terras a pedido da Embrapa ao Instituto Socioambiental.
- b) transferência da responsabilidade governamental ao Instituto Socioambiental.
- c) preocupação dos sujeitos indígenas sobre a problemática das terras caracterizada pelo Instituto Socioambiental.
- d) função do Instituto Socioambiental sobre a questão da demarcação de terras.
- e) responsabilidade das obras públicas frente às necessidades de diferentes grupos de assentamento de terras.

25) No 2º parágrafo, há um uso da língua que não atende ao exigido pela norma culta, embora aceito como uso informal. Este uso está identificado em

- a) “(...) avançou de forma desigual.”
- b) “cerca de dois terços das terras indígenas.”
- c) “Nos governos eleitos sob a égide da Constituição de 1988, (...)”
- d) “garanta a sobrevivência e a reprodução cultural de grupos específicos (...)”
- e) “Grandes batalhas foram travadas e o reconhecimento das terras (...)”

26) O trecho em que o ponto de vista do enunciador acerca do tema central do texto está apresentado é

- a) “ (...) vem alertando para a lentidão na demarcação das terras indígenas (...)” (1º. §)
- b) “ Hoje, a maior parte dos conflitos está no Sul, Sudeste, Nordeste e em Mato Grosso dos Sul, na metade da Amazônia do país, (...)” (3º. §)
- c) “ (...) não faz sentido desprover de direitos as pessoas que dispõem de títulos legítimos e às quais (...)” (3º. §).
- d) “(...) também é maior a extensão das propriedades, dos assentamentos, das unidades de conservação ou de áreas destinadas à defesa nacional. “(4º. §)
- e) “ Nos casos em que aplicação do artigo 231 forem insuficientes, como é o caso dos Guarani- Kayoná (...) “ (8º. §)

27) Na organização do texto, o enunciador utiliza recursos para enfatizar as ideias expressas. Do ponto de vista semântico, há gradação das ideias entre

- a) o 2º. e o 4º. parágrafos, ao comparar a extensão de propriedades e áreas destinadas a que denominam “defesa nacional”.
- b) o 1º. e o 2º. parágrafos, ao intensificar o alerta feito pelo Instituto Socioambiental.
- c) o 3º. e 5º. parágrafos, ao descrever as situações de “conflitos” nos diferentes Estados brasileiros.
- d) o 5º. e 7º. parágrafos, ao apresentar, de forma discursiva, as situações a que denomina “Pior”.
- e) o 8º. e o 9º. parágrafos, ao se referir à insuficiência de aplicação do artigo 231, apontando uma solução para o problema.

28) No trecho, “ (...) às quais não se pode atribuir responsabilidade”, (3º. parágrafo), o uso do acento indicativo de crase está justificado devido à

- a) relação nominal entre títulos legítimos e políticas impostas.
- b) regência do verbo atribuir.
- c) exigência do sintagma nominal responsabilidade.
- d) subordinação do relativo “quais” e a preposição por.
- e) expressão “desprover de direitos as pessoas”.

29) O emprego do futuro do pretérito em “seria”, 7º. parágrafo, aponta para o fato

- a) permanente, dogmático.
- b) simultâneo, hipotético.
- c) limitado, pontual.
- d) restritivo, asseverativo.
- e) não realizado, categórico.

30) O trecho em que o enunciador evidencia caráter sugestivo sobre o tema desenvolvido é

- a) “A aplicação do artigo 231 da Constituição resultaria no reconhecimento de terras indígenas (...)” (3º. §).
- b) “Assim como na Amazônia, também é maior a extensão das propriedades, dos assentamentos, das unidades de conservação (...)” (4º. §).
- c) “É preciso dotar a Funai de instrumentos para desapropriar e indenizar com presteza com títulos (...)” (9º. §).
- d) “O critério de “produtividade”, evocado para excluir áreas com potencial produtivo dos limites (...)” (6º. §).
- e) “Cabe ao Ministro da Justiça a responsabilidade de retomar o processo demarcatório, (...)” (10º. §).

31) A estratégia argumentativa utilizada no terceiro parágrafo se sustenta, além da introdução de dados estatísticos, pela presença de

- a) analogia.
- b) comparação.
- c) contradição.
- d) exemplo histórico.
- e) argumento de autoridade.

32) A palavra “públicas” recebe acentuação pela mesma razão de

- a) agrária / ágil.
- b) invisíveis / há.
- c) juízo / técnico.
- d) indígenas / demográficas.
- e) Amazônia / país.

33) No trecho, “(como os títulos da dívida agrária)”, nono parágrafo, o uso dos parênteses é justificado para

- a) indicação de pausa ascendente, marcada na referência anterior.
- b) esclarecimento à referência anterior.
- c) delimitação de trecho citado textualmente.
- d) transcrição de citação alheia para reforçar a argumentação.
- e) separação de duas orações subordinadas expressas anteriormente.

34) O trecho cujo uso da vírgula é justificado pela mesma razão de uso desse sinal de pontuação, no 2º. parágrafo, é

- a) No resto do país, diante do denso processo de ocupação econômica de demográfica, o reconhecimento das terras indígenas enfrentou (...) (2º. §)
- b) O critério de “produtividade”, evocado para excluir páreas com potencial produtivo dos limites das terras (...) (6º. §)
- c) Pior ainda é a iniciativa da banca ruralista, que pretende emendar a Constituição para exigir (...) (7º. §)
- d) (...) no Sul, Sudeste, Nordeste e em Mato Grosso do Sul, na metade não amazônica do país, onde vivem 40% da população indígena (...) (3º. §)
- e) (...) também é maior a extensão das propriedades, dos assentamentos, das unidades de conservação (...) (4º. §)

35) Em “ É preciso dotar a Funai”, a palavra sublinhada pode ser substituída, sem alteração de sentidos, por

- a) prover.
- b) indicar.
- c) induzir.
- d) obliterar.
- e) gerar.

36) O servidor público, **segundo** a Lei nº 8.112/90 e atualizações, responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições funcionais, **EXCETO**:

- a) nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.
- b) a indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada em única parcela em trinta dias, não se admitindo parcelamento aos servidores aposentados ou que se encontrem presos.
- c) a responsabilidade civil decorre de ato comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário público ou a terceiros.
- d) a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- e) as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, mas a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

37) No ano de 2012, a UNIRIO realizou concurso público para o cargo de Professor Adjunto I, sendo aprovado no certame Marcus Silva, que nomeado em portaria pelo Reitor, tomou posse e, no prazo legal, entrou em exercício. Na avaliação para o desempenho do cargo decorrente do estágio probatório, verificou-se sua justa adequação a quase todos os fatores descrito na lei 8.112/90, exceto o dever de produtividade científica. Considerando essa situação hipotética, analise a questão do estágio probatório e os deveres funcionais do servidor Marcus Silva, conforme a lei regente.

- a) No estágio probatório se afere a aptidão e a capacidade para o desempenho do cargo de professor, em que entre outros fatores, exige-se o de produtividade científica que não foi comprovada. Assim o servidor Marcus Silva não foi aprovado no estágio probatório e será exonerado, independentemente do cumprimento dos outros fatores indicados em lei.
- b) A ética no serviço público, assiduidade, responsabilidade, comportamento e a higiene pessoal são causas que podem levar o servidor à reprovação no estágio probatório, enquanto o dever de produtividade é relativizado por ser um fator subjetivo, não passível de exoneração.
- c) Caso adquirisse estabilidade no cargo de professor, só mediante sentença judicial poderia perdê-lo, em virtude de, após estágio probatório em que se afere a capacidade para o desempenho do cargo, pois o servidor Marcus Silva violou apenas um fator, o da produtividade, cumprindo os demais de forma integral. Nesse caso, o servidor Marcus Silva, apenas, foi reprovado parcialmente no estágio probatório e assim não será exonerado.
- d) Durante o estágio probatório se afere apenas a aptidão para o desempenho do cargo, Marcus Silva não poderá ser exonerado, apenas, em razão da infringência de, apenas, um dever funcional, o da produtividade, que deveria se somar a todos os outros fatores, para somente levar à reprovação no estágio probatório. Assim o servidor Marcus Silva não será exonerado.
- e) Mesmo que Marcus Silva fosse servidor estável da UNIRIO, somente seria afastado do serviço público devido à reprovação no estágio probatório sob o fundamento da baixa produtividade aliado à baixa assiduidade, já que no estágio probatório se afere, apenas, a capacidade para o desempenho do cargo.

38) A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, conforme a Lei 8.112/90, denomina-se

- a) aproveitamento.
- b) reintegração.
- c) readaptação.
- d) recondução.
- e) disponibilidade.

39) Na reintegração de servidor e encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo. Quando o cargo público foi extinto, por decorrência no campo do avanço tecnológico, o servidor não será demitido, mas colocado em

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) disponibilidade.
- d) recondução.
- e) na reserva.

40) No caso de deslocamento de cargo de provimento efetivo, por interesse da administração, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), denomina-se

- a) redistribuição.
- b) reserva renumerada.
- c) disponibilidade ou aproveitamento.
- d) reorganização de órgão ou entidade.
- e) ajustamento de lotação e da força de trabalho.

41) O servidor que opera direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas gozará férias, proibida em qualquer hipótese à acumulação, devido às características da atividade laboral, de

- a) 30 (trinta) dias consecutivos de férias no ano da atividade profissional.
- b) 15 (quinze) dias consecutivos de férias em cada semestre.
- c) 20 (vinte) dias consecutivos de férias em cada semestre de atividade profissional.
- d) 60 (sessenta) dias consecutivos ou não de férias no ano da atividade profissional.
- e) 30 (vinte) dias não consecutivos de férias em cada semestre de atividade profissional.

42) Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias que o servidor percebe mensalmente. Contudo essa remuneração não poderá ser superior à soma dos valores percebidos como remuneração a dos Ministros de Estado. A Lei 8.122/90 exclui do teto de remuneração a seguinte vantagem:

- a) adicional diurno e vespertino relativo ao local ou à natureza do trabalho.
- b) gratificação por encargo de curso ou concurso.
- c) adicional por tempo de serviço militar.
- d) adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas.
- e) prestação de serviço continuado e ordinário.

43) Constituem indenizações ao servidor, segundo a Lei nº 8.112/90 e atualizações,

- a) gratificações e adicionais.
- b) as indenizações sempre se incorporam ao vencimento para qualquer efeito.
- c) adicional de férias e noturno.
- d) diárias, transporte, auxílio-moradia e ajuda de custo.
- e) retribuição por exercício de função de direção e chefia.

44) As concessões, direitos e vantagens do servidor público, permitem que o mesmo se ausente do serviço, sem qualquer prejuízo,

- a) oito dias consecutivos em razão de falecimento do cônjuge, pais, madrasta ou padrasto e filhos.
- b) dois dias para doação de sangue.
- c) oito dias para alistamento ou recadastramento eleitoral.
- d) para todos os dias de provas ao servidor estudante.
- e) pelo menos uma vez por semana ao servidor portador de deficiência.

45) O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, instaurada da seguinte forma:

- a) poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
- b) na fase final do processo disciplinar denomina-se julgamento judicial, que poderá ser remetido ao Ministério Público.
- c) por comissão composta de cinco servidores estáveis designados pela autoridade competente, sendo que seu presidente será indicado pela autoridade nomeante, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.
- d) o secretário da comissão será servidor designado pelo seu presidente, não podendo a indicação recair em um de seus membros.
- e) por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

46) Segundo a Lei nº 8.112/90 e atualizações, os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor compreendem

- a) quanto ao servidor: aplica-se no que couber ao servidor os mesmos benefícios ao dependente, tais como: assistência à saúde, auxílio-reclusão; licença por acidente em serviço e garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórias.
- b) quanto ao servidor: aposentadoria; auxílio-natalidade; licença para tratamento de saúde; licença por acidente em serviço e garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórias.
- c) quanto ao servidor: pensão vitalícia e temporária; assistência à saúde; licença por acidente em serviço e garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórias.
- d) quanto ao dependente: aposentadoria ou pensão vitalícia e temporária; auxílio-natalidade ou auxílio-funeral e assistência à saúde.
- e) quanto ao dependente: pensão vitalícia e aposentadoria; auxílio-natalidade ou auxílio-funeral e assistência à saúde e auxílio-reclusão.

47) Configura como situação proibitiva do servidor a seguinte conduta:

- a) atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o quarto grau, e de cônjuge ou companheiro.
- b) participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, consultorias e outros negócios, nem participar na qualidade de acionista ou sócio minoritário.
- c) dar fé pública a documentos privados, podendo-se recusar-se o devido recebimento, exceto se for fundado na celeridade processual e no andamento de documento.
- d) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.
- e) manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo terceiro grau civil.

48) A demissão é a penalidade mais grave para o servidor público e aplicável nos seguintes casos:

- a) abandono de cargo e assiduidade habitual.
- b) incontinência pública, conduta escandalosa, subordinação ao chefe da repartição.
- c) ofensa física e moral, em serviço, a servidor ou a particular, inclusive em legítima defesa própria ou de outrem.
- d) aplicação irregular de dinheiros públicos; lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional e corrupção.
- e) revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo e acumulação legal de cargos, empregos ou funções públicas.

49) A disposições gerais da Lei nº 8.112/90 e atualizações institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, que compreende as seguintes situações legais:

- I) configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.
- II) a ação disciplinar prescreverá em cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão.
- III) ficam submetidos ao regime jurídico instituído por esta Lei, na qualidade de servidores públicos, os servidores dos Poderes da União, do Distrito Federal, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais e estaduais da região norte e nordeste.
- IV) para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público, que é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional.
- V) por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres, que a doutrina chama de objeção de consciência.

Estão **CORRETAS**, somente, as assertivas

- a) II, IV, V.
- b) I, III, IV.
- c) I, III, IV, V.
- d) II, IV, V.
- e) I, II, IV, V.

50) A Lei nº 8.112/90 e atualizações opera com comando, proibições e prazos. É **INCORRETO** afirmar que

- a) o prazo de 30 dias para o servidor empossado entrar em exercício, o efetivo desempenho das atribuições do cargo público, contados da data da posse, conforme mudança legal recente.
- b) a administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.
- c) os prazos fatais e improrrogáveis estabelecidos na lei, expressamente no Capítulo “do Tempo de serviço”, salvo motivo de força maior.
- d) os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.
- e) dentre os deveres funcionais do servidor está o de representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder e cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.